

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	7
DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	15
DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	67
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	68
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	69

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	71.001
Preferenciais	0
Total	71.001
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	261.702	250.322
1.01	Ativo Circulante	45	115
1.01.06	Tributos a Recuperar	12	60
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	12	60
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	33	55
1.02	Ativo Não Circulante	261.657	250.207
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	48.972	49.480
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	42.837	43.345
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	42.837	43.345
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	6.135	6.135
1.02.01.10.03	Outros Ativos	6.134	6.134
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	1	1
1.02.02	Investimentos	212.685	200.727
1.02.02.01	Participações Societárias	212.685	200.727
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	212.685	200.727

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	261.702	250.322
2.01	Passivo Circulante	10.777	10.857
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	211	211
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	211	211
2.01.01.02.01	Salários a Pagar e Provisões	211	211
2.01.02	Fornecedores	243	231
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	243	231
2.01.03	Obrigações Fiscais	78	126
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	78	126
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	44	92
2.01.03.01.03	Parcelamentos	34	34
2.01.05	Outras Obrigações	10.245	10.289
2.01.05.02	Outros	10.245	10.289
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	9.226	9.226
2.01.05.02.04	Outras obrigações	1.019	1.063
2.02	Passivo Não Circulante	49.921	49.928
2.02.02	Outras Obrigações	49.921	49.928
2.02.02.02	Outros	49.921	49.928
2.02.02.02.04	Partes Relacionadas Contingentes	49.829	49.829
2.02.02.02.06	Parcelamentos	92	99
2.03	Patrimônio Líquido	201.004	189.537
2.03.01	Capital Social Realizado	120.108	120.108
2.03.04	Reservas de Lucros	35.853	35.853
2.03.04.01	Reserva Legal	1.942	1.942
2.03.04.03	Reserva para Contingências	24.908	24.908
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	6.234	6.234
2.03.04.10	Reserva para investimentos	2.769	2.769
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	11.596	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	33.447	33.576

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	11.457	11.370
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-501	-534
3.04.02.01	Gastos Administrativos	-501	-534
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	11.958	11.904
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	11.457	11.370
3.06	Resultado Financeiro	10	-10
3.06.01	Receitas Financeiras	-4	6
3.06.02	Despesas Financeiras	14	-16
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	11.467	11.360
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	11.467	11.360
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	11.467	11.360
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,1615	1,59998
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,1615	1,59998

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	11.467	11.360
4.03	Resultado Abrangente do Período	11.467	11.360

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-508	-470
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-489	-544
6.01.01.01	Resultado Líquido do Exercício	11.467	11.360
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-11.958	-11.904
6.01.01.08	Atualização de passivos tributários	2	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-19	74
6.01.02.01	Fornecedores	12	32
6.01.02.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-57	-19
6.01.02.03	Outros Ativos	22	24
6.01.02.04	Salários e encargos sociais a pagar	0	20
6.01.02.06	Outras Obrigações	-44	-33
6.01.02.07	Impostos a Recuperar	48	50
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	508	470
6.03.01	Variação com partes relacionadas	508	470

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	35.853	0	33.576	189.537
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	35.853	0	33.576	189.537
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.467	0	11.467
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.467	0	11.467
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	129	-129	0
5.06.04	Realização de ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	129	-129	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	35.853	11.596	33.447	201.004

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	6.234	-472.284	34.081	-311.861
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	6.234	-472.284	34.081	-311.861
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.360	0	11.360
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.360	0	11.360
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	125	-125	0
5.06.04	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	125	-125	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	6.234	-460.799	33.956	-300.501

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-202	-348
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-202	-348
7.03	Valor Adicionado Bruto	-202	-348
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-202	-348
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	11.972	11.898
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	11.958	11.904
7.06.02	Receitas Financeiras	14	6
7.06.03	Outros	0	-12
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	11.770	11.550
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	11.770	11.550
7.08.01	Pessoal	281	187
7.08.01.01	Remuneração Direta	234	156
7.08.01.02	Benefícios	47	31
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4	0
7.08.02.01	Federais	4	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	18	3
7.08.03.01	Juros	18	3
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	11.467	11.360
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	11.467	11.360

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	448.576	434.059
1.01	Ativo Circulante	258.770	244.293
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	33.270	40.891
1.01.02	Aplicações Financeiras	92.799	82.551
1.01.03	Contas a Receber	79.027	67.648
1.01.03.01	Clientes	79.027	67.648
1.01.04	Estoques	29.233	28.846
1.01.04.01	Estoques	25.938	27.331
1.01.04.02	Adiantamento a Fornecedores	3.295	1.515
1.01.06	Tributos a Recuperar	17.128	17.869
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	17.128	17.869
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	7.313	6.488
1.01.08.03	Outros	7.313	6.488
1.01.08.03.02	Trava Cambial	2.097	500
1.01.08.03.03	Outros Ativos	5.216	5.988
1.02	Ativo Não Circulante	189.806	189.766
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	22.602	26.916
1.02.01.07	Tributos Diferidos	10.450	15.017
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	12.152	11.899
1.02.01.10.03	Impostos a Recuperar	195	258
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	5.822	5.506
1.02.01.10.05	Outras Contas a Receber	6.135	6.135
1.02.02	Investimentos	17.873	18.044
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	17.873	18.044
1.02.03	Imobilizado	148.784	144.244
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	144.133	139.438
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	4.651	4.806
1.02.04	Intangível	547	562
1.02.04.01	Intangíveis	547	562
1.02.04.01.02	Intangível	547	562

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	448.576	434.059
2.01	Passivo Circulante	89.062	86.414
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	22.323	24.998
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	22.323	24.998
2.01.02	Fornecedores	26.289	21.501
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	26.289	21.501
2.01.02.01.01	Fornecedores	24.310	19.752
2.01.02.01.03	Passivo de Arrendamento	1.979	1.749
2.01.03	Obrigações Fiscais	14.874	15.707
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	14.874	15.707
2.01.03.01.02	Obrigações Tributárias	5.830	6.967
2.01.03.01.04	Parcelamentos tributários	9.044	8.740
2.01.05	Outras Obrigações	25.576	24.208
2.01.05.02	Outros	25.576	24.208
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	14.288	14.288
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	9.294	5.987
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	1.994	3.933
2.02	Passivo Não Circulante	158.298	157.909
2.02.02	Outras Obrigações	148.388	148.240
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	49.829	49.829
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	49.829	49.829
2.02.02.02	Outros	98.559	98.411
2.02.02.02.07	Parcelamentos tributários	95.558	95.104
2.02.02.02.08	Passivo de Arrendamento	3.001	3.307
2.02.04	Provisões	9.910	9.669
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	9.910	9.669
2.02.04.01.05	Provisões para Contingências	9.910	9.669
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	201.216	189.736
2.03.01	Capital Social Realizado	120.108	120.108
2.03.04	Reservas de Lucros	35.853	35.853
2.03.04.01	Reserva Legal	1.942	1.942
2.03.04.03	Reserva para Contingências	24.908	24.908
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	6.234	6.234
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	2.769	2.769
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	11.596	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	33.447	33.576
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	212	199

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	117.103	105.476
3.01.01	Receita Bruta	121.402	109.633
3.01.02	Deduções da Receita Bruta	-4.299	-4.157
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-85.239	-73.856
3.03	Resultado Bruto	31.864	31.620
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-12.729	-8.652
3.04.01	Despesas com Vendas	-7.088	-4.845
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.250	-3.718
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.788	1.421
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.179	-1.510
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	19.135	22.968
3.06	Resultado Financeiro	-108	-8.397
3.06.01	Receitas Financeiras	6.629	147
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.737	-8.544
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	19.027	14.571
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.548	-3.199
3.08.01	Corrente	-2.982	-3.334
3.08.02	Diferido	-4.566	135
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	11.479	11.372
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	11.479	11.372
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	11.467	11.360
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	12	12
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,22791	1,60167
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,22791	1,60167

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	11.479	11.372
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	11.479	11.372
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	11.467	11.360
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	12	12

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	10.457	4.375
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	26.774	23.436
6.01.01.01	Resultado Líquido do Exercício	11.467	11.360
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	3.099	2.463
6.01.01.03	Provisão (Reversão) para Contingências	241	1.080
6.01.01.04	Provisão (Reversão) para Riscos de Créditos	8	0
6.01.01.05	Participação de Minoritários	12	12
6.01.01.06	Encargos Financeiros s/ Empréstimos e Arrendamentos	241	0
6.01.01.07	Custo Baixa Bens Ativo Imobilizado Intangível	39	242
6.01.01.08	Provisão (Reversão) de Impostos Diferidos/Corrente	7.548	3.199
6.01.01.09	Atualização de Passivos Tributários	2.858	5.981
6.01.01.12	Variação Cambial líquida	793	0
6.01.01.13	Provisão para perda (Impairment)	468	-901
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-16.317	-19.061
6.01.02.01	Clientes	-12.180	-87
6.01.02.02	Estoques	1.393	-118
6.01.02.03	Adiantamento a Fornecedores	-1.780	-174
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	805	-988
6.01.02.05	Outras Contas a Receber	-1.295	-1.743
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-316	-83
6.01.02.07	Fornecedores	4.558	152
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	-3.946	-1.181
6.01.02.09	Salários a Pagar e Provisões	-2.675	1.686
6.01.02.10	Adiantamento de Clientes	3.307	-737
6.01.02.12	Outras Contas a Pagar	-1.915	-12.138
6.01.02.13	Pagamento de IRPJ e CSLL	-2.273	-3.650
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-17.368	-4.418
6.02.01	Variação de Ativo Imobilizado	-7.109	-4.404
6.02.02	Variação de Ativo Intangível	-11	-14
6.02.03	Aplicações Financeiras	-10.248	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-710	-272
6.03.01	Contraprestação de arrendamentos a pagar	-710	-359
6.03.02	Variação Empréstimos e Financiamentos	0	86
6.03.03	Variação com partes relacionadas	0	1
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-7.621	-315
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	40.891	379
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	33.270	64

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	35.853	0	33.576	189.537	199	189.736
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	35.853	0	33.576	189.537	199	189.736
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.467	0	11.467	12	11.479
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.467	0	11.467	12	11.479
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	129	-129	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	129	-129	0	0	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	35.853	11.596	33.447	201.004	211	201.215

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	6.234	-472.284	34.081	-311.861	-264	-312.125
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	6.234	-472.284	34.081	-311.861	-264	-312.125
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.360	0	11.360	12	11.372
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.360	0	11.360	12	11.372
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	125	-125	0	0	0
5.06.04	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	125	-125	0	0	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	6.234	-460.799	33.956	-300.501	-252	-300.753

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	122.888	110.865
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	121.359	109.570
7.01.02	Outras Receitas	1.537	1.297
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-8	-2
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-53.654	-46.667
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-47.175	-40.974
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.479	-5.693
7.03	Valor Adicionado Bruto	69.234	64.198
7.04	Retenções	-3.099	-2.463
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.099	-2.463
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	66.135	61.735
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.980	-1.991
7.06.02	Receitas Financeiras	2.729	-2.163
7.06.03	Outros	251	172
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	69.115	59.744
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	69.115	59.744
7.08.01	Pessoal	42.979	34.513
7.08.01.01	Remuneração Direta	34.103	27.877
7.08.01.02	Benefícios	7.078	5.048
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.798	1.588
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	11.820	7.578
7.08.02.01	Federais	9.789	5.560
7.08.02.02	Estaduais	2.031	2.018
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.837	6.281
7.08.03.01	Juros	2.837	6.281
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	11.479	11.372
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	11.467	11.360
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	12	12

Comentário do Desempenho

MINUPAR

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DO TRIMESTRE 31 de março de 2026

Destaques do 1º trimestre de 2026

Lucro Líquido consolidado: R\$ 11.479 milhões

Patrimônio Líquido: R\$ 201 milhões

EBITDA Ajustado: R\$ 21,5 milhões

Comentário do Desempenho



Sumário

1. Contexto de mercado e cenário econômico.....3

2. Análise de desempenho operacional e financeiro.....4

 a. Receita Operacional Líquida.....4

 b. Despesas operacionais.....5

 c. Despesas com vendas.....5

 d. Lucro bruto6

 e. EBITDA / LAJIDA.....6

3. Eventos estratégicos e relevantes7

4. Governança Corporativa, ESG e LGPD8

5. Relacionamento com os Auditores Externos9

Agradecimentos10

Comentário do Desempenho



Prezados(as) Senhores(as),

A Administração da Minupar Participações S.A. ("Minupar" ou "Companhia") apresenta os resultados do primeiro trimestre de 2026 (1T26). O período consolida a retomada da estabilidade econômico-financeira iniciada em 2025, marcada pela reversão do patrimônio líquido negativo e pelo projeto de modernização da unidade industrial de Lajeado.

Como marco histórico, destacamos a Assembleia Geral Ordinária de 14 de abril de 2026, que aprovou a distribuição de R\$ 9.226 milhões em dividendos relativos ao exercício de 2025, sinalizando o retorno da remuneração aos acionistas após mais de duas décadas e o fortalecimento da nossa estrutura de capital e comprometimento com a geração de valor aos acionistas. Focamos agora na execução do plano de investimentos industriais e na melhoria da eficiência produtiva da controlada Minuano.

1. Contexto de mercado e cenário econômico

O desempenho da Companhia deve ser analisado sob a ótica dos cenários que influenciaram nossas linhas de negócio: a prestação de serviços e a volatilidade na operação própria de industrializados.

O ambiente macroeconômico observado ao longo de 2026 permanece desafiador e marcado por elevada volatilidade nos mercados globais, especialmente em decorrência das tensões geopolíticas envolvendo os Estados Unidos e o Oriente Médio, que seguem impactando diretamente a dinâmica do comércio internacional, da logística global e dos preços de commodities estratégicas.

No segmento de atuação da Companhia, os reflexos mais relevantes concentram-se no aumento dos custos logísticos, especialmente relacionados ao transporte marítimo e terrestre, pressionados pela elevação do preço do petróleo e pela instabilidade nas cadeias globais de suprimentos. A valorização do barril de petróleo também vem impactando o custo de insumos derivados petroquímicos utilizados pela indústria, incluindo embalagens, filmes plásticos e outros materiais empregados nos processos operacionais.

Além disso, o comportamento do câmbio ao longo do trimestre apresentou elevada oscilação, com movimento relevante de apreciação do real frente ao dólar norte-americano. Considerando que parcela significativa das operações relacionadas à industrialização possui exposição indireta ao mercado, a redução da taxa de câmbio gera impactos relevantes sobre a competitividade e sobre a conversão das receitas vinculadas ao mercado internacional.

Esse cenário adiciona complexidade ao processo orçamentário e ao planejamento operacional da Companhia, exigindo acompanhamento constante das variáveis macroeconômicas, cambiais e logísticas. Trata-se de um contexto que afeta de forma ampla o setor de alimentos e exportação no Brasil, não sendo uma característica exclusiva da Companhia.

Diante desse ambiente, a Administração permanece focada na otimização operacional, na disciplina financeira, na gestão eficiente de custos e no monitoramento contínuo de sua exposição cambial e logística, buscando preservar a competitividade, a eficiência operacional e a sustentabilidade financeira de suas operações no longo prazo.

Comentário do Desempenho



2. Análise de desempenho operacional e financeiro

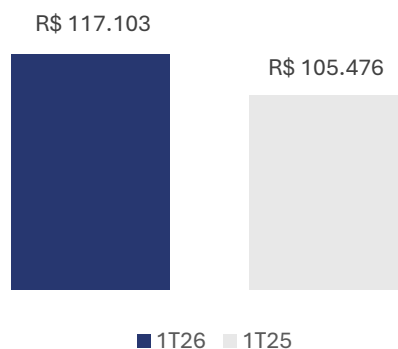
O desempenho da Companhia no primeiro trimestre de 2026 foi pautado pela continuidade e estabilidade das operações. Os indicadores financeiros e operacionais mantiveram-se em patamares alinhados aos registrados no mesmo período do ano anterior, refletindo a resiliência do nosso modelo de negócio e a manutenção das eficiências capturadas ao longo do último exercício.

A seguir, apresentamos a análise das principais contas de resultado.

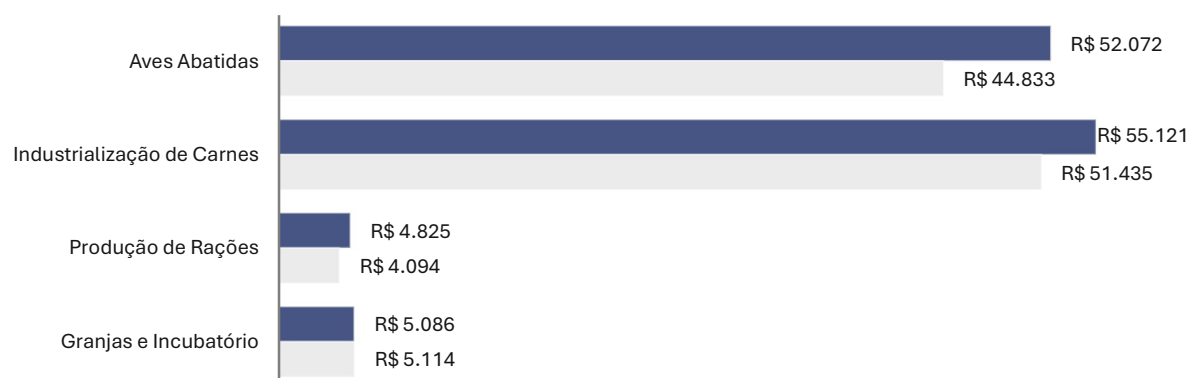
a. Receita Operacional Líquida

A Companhia, através de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, registrou uma Receita Líquida de R\$ 117.103 mil no primeiro trimestre de 2026, um aumento de aproximadamente 11% em relação aos R\$ 105.476 mil apurados no primeiro trimestre de 2025.

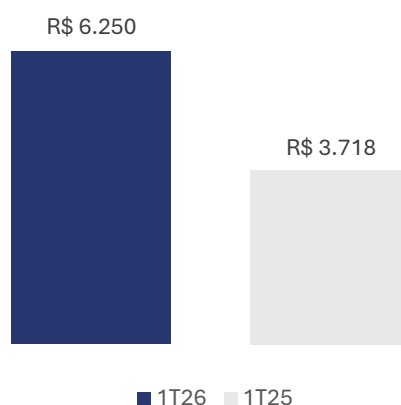
O crescimento da receita líquida no período decorre, principalmente, do aumento do volume de aves abatidas ao longo do trimestre, refletindo ganhos operacionais, maior eficiência produtiva e ajustes realizados na operação. Adicionalmente, a Companhia avançou em iniciativas comerciais e operacionais voltadas à otimização de seu portfólio de vendas, priorizando operações de maior valor agregado e melhor rentabilidade, em linha com sua estratégia de captura de margens e fortalecimento da competitividade. O desempenho do período também reflete medidas adotadas pela Administração para aprimorar a gestão logística, comercial e operacional da Companhia, buscando mitigar os impactos do atual cenário macroeconômico e da volatilidade observada nos mercados nacional e internacional.



Abaixo, demonstramos um comparativo da receita líquida por atividade entre o primeiro trimestre de 2026 e 2025.

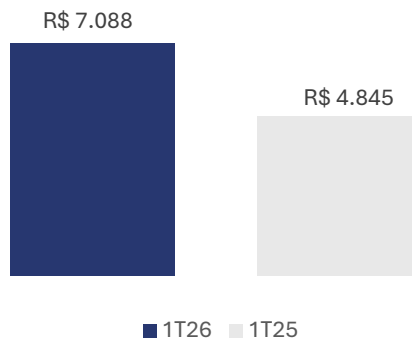
Comentário do Desempenho**b. Despesas operacionais**

As despesas administrativas totalizaram R\$ 6.250 mil no período, representando uma variação de 68,1% em comparação ao 1º trimestre de 2025. O aumento observado decorre, principalmente, dos impactos relacionados à reoneração gradual da folha de pagamento, conforme alterações promovidas na legislação tributária federal ao longo de 2025, além dos reajustes salariais decorrentes dos acordos coletivos da categoria, cuja data-base ocorre em maio de cada exercício.

**c. Despesas com vendas**

As despesas com vendas totalizaram R\$ 7.088 mil no primeiro trimestre de 2026 (6,05% da receita operacional líquida), ante a R\$ 4.845 (4,59% da receita operacional líquida) no mesmo período em 2025.

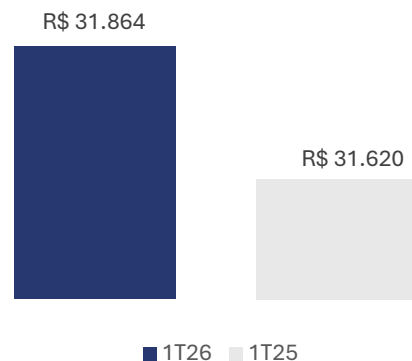
Comentário do Desempenho



O aumento observado está relacionado, principalmente, às mudanças na dinâmica logística das operações de exportação ao longo do período. Em função do cenário mais desafiador no mercado internacional de fretes marítimos, houve maior participação de operações nas quais a Companhia assume parte relevante da gestão logística internacional, impactando o volume faturado e os custos associados às exportações. Esse movimento reflete a adaptação operacional e comercial da Companhia às condições atuais do mercado, buscando assegurar maior eficiência no atendimento das demandas externas e continuidade das operações de exportação.

d. Lucro bruto

Mesmo diante de um cenário macroeconômico e logístico mais desafiador no período, a Companhia encerrou o trimestre findo em 31 de março de 2026 com lucro bruto de R\$ 31.864 mil, em linha com os R\$ 31.620 mil registrados no mesmo período do exercício anterior. O desempenho reflete a capacidade da Administração em mitigar os impactos relacionados à volatilidade cambial, ao aumento dos custos logísticos e às pressões observadas em insumos relevantes, preservando a competitividade e a rentabilidade operacional da Companhia.



e. EBITDA / LAJIDA

A Companhia adota como métricas de desempenho não contábeis o **EBIT** (Lucro Antes dos Juros e Tributos) e o **EBITDA** (Lucro Antes dos Juros, Tributos, Depreciação e Amortização). Este último é utilizado como indicador preferencial para mensurar a capacidade de geração de caixa operacional, uma vez que segrega efeitos financeiros e contábeis que não impactam o caixa imediato. Visando assegurar a transparência sobre a performance recorrente, a Administração utiliza ainda o **EBITDA Ajustado**, excluindo eventos extraordinários

Comentário do Desempenho

que poderiam distorcer a análise. A conciliação deste indicador para o trimestre findo em 31 de março de 2026 é demonstrada no quadro abaixo.

O EBITDA consolidado atingiu R\$ 21.537 mil, resultado da soma do EBIT de R\$ 19.135 mil com a depreciação e amortização de R\$ 2.402 mil. Essa performance evidencia a robustez do fluxo de caixa operacional, garantindo recursos para a manutenção das atividades e para o cumprimento das obrigações correntes e parcelamentos tributários.

	Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
Lucro líquido do período	16.182	11.372
(+) IRPJ/CSLL	2.845	3.199
(+) Resultado financeiro	108	8.397
EBIT	19.135	22.968
(+) Depreciações e amortizações	2.402	1.793
EBITDA	21.537	24.761
(+/-) Eventos não recorrentes	-	-
EBITDA - Ajustado	21.537	24.761

3. Eventos estratégicos e relevantes

A Companhia segue avançando em seu planejamento estratégico de modernização e ampliação da unidade frigorífica de Lajeado (RS), conforme divulgado em Comunicado ao Mercado em 04 de agosto de 2025. O projeto contempla investimentos estimados em aproximadamente R\$ 74 milhões e possui cronograma de execução previsto até dezembro de 2027, considerando o prazo estimado de 29 meses informado ao mercado. A iniciativa permitirá a ampliação da capacidade de abate da planta de 175 mil para 200 mil aves por dia, reforçando a preparação da Companhia para os desafios e oportunidades de longo prazo do setor.

Mais do que um projeto de expansão, os investimentos em andamento representam um importante passo no fortalecimento estrutural da Companhia, por meio da modernização do parque industrial, aumento da eficiência operacional, redução de custos e fortalecimento da competitividade de suas operações. A Administração acompanha de forma próxima a evolução das obras e investimentos, que seguem em linha com o planejamento inicialmente estabelecido, mantendo seu compromisso de continuar atualizando acionistas e o mercado acerca do andamento do projeto por meio de suas divulgações periódicas e comunicados aplicáveis.

Comentário do Desempenho



4. Governança Corporativa, ESG e LGPD

Reforçando nosso compromisso com boas práticas de governança corporativa, estamos em contínuo aprimoramento da estrutura e dos processos.

Fortalecimento da integridade: A Controlada mantém ativo um Canal de Denúncias independente, garantindo anonimato e não retaliação para relatos de condutas antiéticas. Neste sentido, a atuação do setor de Compliance e dos Comitês de Ética e Disciplinar, garantem a investigação isenta e o tratamento adequado de denúncias, reforçando a estrutura de gestão de riscos e a cultura de integridade na Companhia.



Reconhecimento no ambiente de trabalho: A Companhia Minuano de Alimentos mantém certificação Great Place to Work (GPTW) desde novembro de 2024, atestando nosso compromisso com um ambiente de trabalho saudável, a valorização de nossos colaboradores e a qualidade do nosso ambiente de trabalho.

Comentário do Desempenho



Diversidade e Inclusão: Continuamos a promover ativamente a inclusão, com colaboradores de diversos municípios do estado e estrangeiros de 16 nacionalidades. Na governança, destacamos a eleição de mulheres para o Conselho de Administração, alinhada ao Selo WOB (Women on Board) e as boas práticas de mercado.



Gestão Ambiental: O desenvolvimento de Política de Meio Ambiente na controlada e o investimento em tecnologias para monitoramento de dados ESG, estão preparando a Companhia para futuras divulgações e as normas IFRS S1 e S2.

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ("LGPD"): O programa de conformidade com a LGPD segue ativo, em conformidade com a Lei 13.709/2019. As informações de contato do Encarregado de Dados (DPO), a Política de Privacidade e o canal de solicitações estão disponíveis em <https://www.minupar.com.br/lgpd> e pelo e-mail privacidade@minuano.com.br.

5. Relacionamento com os Auditores Externos

As informações do trimestre foram revisadas pela **BDO RCS Auditores Independentes**, com registro junto à CVM nº 001032-4, em conformidade com a Instrução CVM 381/2003.

Comentário do Desempenho



Agradecimentos

A Administração agradece aos colaboradores das Companhias do Grupo, pela resiliência determinante para as conquistas alcançadas nos últimos anos e aos acionistas pela confiança renovada neste novo ciclo de crescimento e dividendos.

Lajeado (RS), 15 de maio de 2026.

A Administração.

Notas Explicativas



MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

1.1. Atividades desenvolvidas

A Minupar Participações S.A. "Companhia" tem por objeto principal a participação no capital de outras sociedades.

As controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. também possuem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, tendo como controlada direta a Companhia Minuano de Alimentos (Minuano).

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos relacionados às atividades frigoríficas como prestador de serviço, e produção de produtos industrializados à base de carnes com Marca própria. A comercialização dos produtos com a marca "Minu" ocorre principalmente nos estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados na África, América, Ásia e Oceania.

1.2. Aprovação das demonstrações financeiras

Em atendimento à disposição do artigo 25º, inciso I, alínea "b" do Estatuto Social da Minupar Participações S.A, a Diretoria submeteu as demonstrações financeiras devidamente revisadas pela BDO RCS Auditores Independentes, para apreciação e deliberação do Conselho de Administração da Companhia, sendo as referidas demonstrações financeiras aprovadas, e sua divulgação autorizada para o dia 15 de maio de 2026.

1.3. Uso de estimativas e julgamentos contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração da Companhia faça uso de estimativas e premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e de outras transações. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

Além do atendimento às normas e regras contábeis vigentes, a Administração entende que a adoção das estimativas contábeis críticas é essencial para a produção da melhor informação possível sobre os resultados e condição patrimonial no encerramento de cada exercício, ainda que sobre estas, temporariamente, não se possa ter precisão, dado o caráter de subjetividade e complexidade envolvidos.

As principais operações e avaliações significativamente impactadas por estimativas são:

- Nota Explicativa 04 – Impairment sobre ativos financeiros - Contas a receber

Notas Explicativas



- Nota Explicativa 08 – Impairment sobre ativos financeiros – Outros ativos
- Nota Explicativa 10 - Propriedade para investimento
- Nota Explicativa 11 - Imobilizado
- Nota Explicativa 20 - Provisão para contingências
- Nota Explicativa 07 - Imposto de renda e contribuição social diferidos

1.4. Base de consolidação

i) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

ii) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

iii) Perda de controle

Quando da perda de controle, a Companhia “desreconhece” os ativos e passivos da controlada, e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

iv) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

A Companhia não possui investimentos classificados como coligadas mantidos diretamente pela controladora. Contudo, no âmbito da estrutura societária do grupo existem participações entre

Notas Explicativas



duas controladas que podem caracterizar influência significativa. Para fins de consolidação, tais entidades são incluídas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas, por estarem sob controle da controladora final.

vi) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados, oriundos de transações com entidades investidas e registrado por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na entidade investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas refletem os saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 e operações dos períodos findos nessas datas, da controladora e de suas controladas, a seguir relacionadas:

		2025		2024	
	País	Participação direta	Participação indireta	Participação direta	Participação indireta
Sulaves S/A	Brasil	99,999%	-	99,999%	-
Valepar S/A	Brasil	99,986%	-	99,986%	-
Cia Minuano de Alimentos	Brasil	-	99,910%	-	99,910%

1.5. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas é o Real. Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pelas taxas vigentes nas datas das transações, e ativos e passivos monetários são convertidos pela taxa de câmbio da data das demonstrações financeiras, sendo as variações cambiais reconhecidas no resultado.

2 Declaração de conformidade e políticas contábeis materiais

2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras trimestrais, individuais e consolidadas, foram preparadas, e estão sendo apresentadas para o período de três meses findos em 31 de março de 2026, de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e de acordo com o IAS 34 – Interim Financial Reporting emitido pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais – ITR. As informações financeiras intermediárias foram preparadas pela Companhia para atualizar os usuários sobre as informações relevantes apresentadas no período coberto por estas informações financeiras intermediárias e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações contábeis completas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. As

Notas Explicativas



políticas contábeis, o uso de certas estimativas contábeis, os julgamentos da Administração e os métodos de cálculo adotados nestas informações financeiras intermediárias são os mesmos que os adotados quando da elaboração das demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e das informações financeiras intermediárias do período de três meses findos em 31 de março de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das demonstrações financeiras intermediárias.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.3. Pronunciamentos Novos e/ou Revisados, Aplicados pela 1ª vez em 2026

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

i) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

Uma moeda é considerada conversível quando a entidade consegue trocá-la por outra moeda por meio de mercados ou mecanismos cambiais que gerem direitos e obrigações exigíveis, sem atrasos indevidos na data de mensuração e para o fim determinado. Por outro lado, uma moeda não é tratada como conversível se, na data de mensuração e para o propósito especificado, a entidade só puder obter da outra moeda um valor meramente simbólico ou irrelevante.

As alterações incluem principalmente o seguinte:

- Requisitos para avaliar quando uma moeda é conversível em outra e quando não é;
- Requisitos para estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível em outra;
- Requisitos adicionais de divulgação quando uma entidade estima a taxa de câmbio à vista porque uma moeda não é conversível em outra;
- Orientações de aplicação para ajudar as entidades a avaliar se uma moeda é conversível em outra e a estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível;
- Exemplos ilustrativos; e

Notas Explicativas



- Alterações à IFRS 1/CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro - para alinhar os requisitos relacionados à hiperinflação severa à IAS 21/CPC 02 (R2) alterada.

A Companhia avaliou as suas políticas contábeis no contexto da referida Orientação e não identificou a necessidade de ajustes nas suas demonstrações contábeis.

ii) Orientação Técnica OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Esta Orientação trata dos critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos eventos econômicos relacionados à participação ou atuação de entidades em mercados compulsórios ou voluntários de créditos de carbono (tCO₂e) (comumente chamados de mercados de créditos de carbono), permissões de emissão (*allowances*) e créditos de descarbonização (CBIO).

A entidade deve avaliar, dentre as abordagens aceitáveis para contabilizar operações de negociação de créditos de carbono, qual é a mais adequada no contexto de seu negócio e divulgar tal definição na seção de políticas contábeis, caso julgue que esta informação seja importante para uma apropriada interpretação das demonstrações contábeis por parte de seus usuários.

A Companhia avaliou as suas políticas contábeis no contexto da referida Orientação e não identificou a necessidade de ajustes nas suas demonstrações contábeis.

a. Novas normas, revisões e interpretações emitidas, que ainda não entraram em vigor em 31 de março de 2026

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

i) IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras

A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substituirá a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

ii) Alterações na IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública

Notas Explicativas



Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Empresa espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

Atualmente, a Empresa está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Em relação às alterações da IFRS 19, a Entidade espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

b. Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025)

A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto, temos:

- Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos;
- Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;
- Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets; e
- Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets).

3 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos por recursos disponíveis em moeda nacional e estrangeira. A composição dos saldos em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 segue demonstrada no quadro a seguir:

	Indexador	Intervalo de taxa a.a.	Consolidado	
			31/03/26	31/12/25
Caixa e Equivalentes de Caixa				
Moeda nacional			66	101
Moeda estrangeira			33.204	40.790
			33.270	40.891
Aplicações Financeiras				
CDB	CDI	99% a 100,87%	92.797	82.339
Compromissadas	CDI	60% a 80%	2	212
			92.799	82.551
Total			126.069	123.442

Notas Explicativas



4 Contas a receber

	Consolidado	
	31/03/26	31/12/25
Mercado interno	65.672	56.927
Mercado externo	14.885	12.244
	80.557	69.171
(-) Provisão para perdas esperadas	(1.530)	(1.523)
Total	79.027	67.648

Vencidos	31/03/26		31/12/25	
Até 30 dias	5.120	6%	2.863	5%
De 31 a 60 dias	263	0%	707	0%
De 61 a 90 dias	496	1%	46	1%
De 91 a 120 dias	2	0%	12	0%
De 121 a 150 dias	33	0%	4	0%
De 151 a 180 dias	39	0%	6	0%
Acima de 180 dias	1.530	2%	1.523	7%
Subtotal	7.483	9%	5.161	13%
À vencer				
Até 30 dias	33.115	42%	31.871	51%
De 31 a 60 dias	33.432	42%	32.135	36%
De 61 a 90 dias	6.527	8%	4	7%
Subtotal	73.074	92%	64.010	94%
Provisão para perda esperada	(1.530)	-2%	(1.523)	-7%
Total	79.027	100%	67.648	100%

Abaixo são apresentadas as movimentações das perdas de crédito esperadas:

	Consolidado	
	31/03/26	31/12/25
Saldo anterior	(1.523)	(4.102)
Provisões do período	(26)	(119)
Reversões de provisão	19	71
Baixas de créditos incobráveis	-	2.627
Saldo em 31/12/2025	(1.530)	(1.523)

Notas Explicativas



5 Estoques

	Consolidado	
	31/03/26	31/12/25
Produtos prontos	3.389	6.343
Produtos em elaboração	140	93
Matérias primas	3.975	4.299
Materiais de embalagem	1.963	1.740
Materiais de manutenção	16.471	14.856
Total	25.938	27.331

6 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/26	31/12/25	31/03/26	31/12/25
ICMS a recuperar	-	-	3.393	5.882
PIS e COFINS a recuperar	-	-	6.572	6.519
ICMS na base do PIS e COFINS	-	-	3.025	3.025
Reintegra a recuperar	-	-	86	50
Tributos a recuperar sobre o lucro	12	60	1.515	1.562
Outros tributos a recuperar	-	-	2.732	1.089
	12	60	17.323	18.127
Circulante	12	60	17.128	17.869
Não circulante	-	-	195	258

7 Impostos de renda e Contribuição Social

Composição dos impostos diferidos:

	31/12/25	Constituição	Consolidado		31/03/26
			Reversão	Compensação	
Diferenças temporárias ativas					
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	3.287	82	-	-	3.369
Arrendamentos a pagar	545	152	-	-	697
Variação Cambial	860	-	(748)	-	112
Provisões p/ perdas investimento	2.748	-	-	-	2.748
Prejuízos fiscais e base negativa (i)	28.783	-	(1.296)	-	27.487
Demais provisões operacionais	3.486	-	(1.692)	-	1.794
Ativo Fiscal Diferido	39.709	234	(3.736)	-	36.207
Diferenças temporárias passivas					
Custo atribuído Imobilizado	(13.149)	-	66	-	(13.083)
Depreciação Atividade Rural	(1.781)	-	70	-	(1.711)
Diferença depreciação fiscal x contábil (vida útil)	(8.621)	(566)	-	-	(9.187)
Demais provisões operacionais	(1.141)	(635)	-	-	(1.776)
Passivo Fiscal Diferido	(24.692)	(1.201)	136	-	(25.757)
Total	15.017	(967)	(3.600)	-	10.450
Ativo não circulantes	39.709				36.207
Passivo não circulante	(24.692)				(25.757)
Total	15.017				10.450

(i) A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos mantém o reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL, com base em projeções de lucros tributáveis fundamentadas em seu plano de reestruturação operacional e financeiro.

Notas Explicativas

Este reconhecimento, iniciado em 2025 após a formalização da transação tributária, fundamenta-se em projeções de longo prazo que indicam a reversão integral dos créditos em um prazo estimado de 10 anos, atendendo aos critérios do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

Para o período de três meses findo em 31 de março de 2026, a Administração revisou as premissas de recuperabilidade e concluiu que não houve alterações significativas nas projeções financeiras ou no cenário econômico que comprometessem a realização desses ativos. Dessa forma, os saldos mantêm-se registrados conforme demonstrado no quadro a seguir:

	Base fiscal	Alíquota	Ativo diferido
Prejuízo Fiscal IRPJ	80.845	25%	20.211
Base negativa CSLL	80.845	9%	7.276
			27.487

8 Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/26	31/12/25	31/03/26	31/12/25
Despesas antecipadas	33	55	561	866
Trava Cambial (a)	-	-	2.097	500
Minupar Participações S.A. (b)	-	-	3.786	3.786
Ajuste a valor justo (b)	-	-	869	1.336
Agostinho Carrer (c)	15.769	15.769	15.769	15.769
Outros	-	-	2.410	2.410
(-) Provisão para perda (Impairment) (c)	(9.635)	(9.635)	(12.044)	(12.044)
	6.167	6.189	13.448	12.623
Circulante	33	55	7.314	6.488
Não circulante	6.134	6.134	6.135	6.135

- a) A Companhia utiliza-se de instrumento financeiro para afastar o risco em relação ao efeito de variação cambial de suas operações realizadas em moeda estrangeira, com isso, reconhece o efeito de ganho ou perda destas operações em rubrica denominada de “trava cambial”, a qual indica a diferença entre a taxa de câmbio contratual frente a taxa de câmbio de fechamento do mês. Demais informações sobre os contratos de trava cambial estão demonstrados da nota explicativa nº 23 – Instrumentos financeiros.
- b) Em janeiro de 2023 a Companhia celebrou acordo judicial com a empresa Döhler S.A., no âmbito de execuções judiciais relacionadas ao inadimplemento parcial de contrato firmado em 2008. O acordo resultou na devolução de 111.359 ações da Minupar Participações S.A., anteriormente transferidas à Döhler. A restituição direta dos títulos à controladora não foi possível, uma vez que a Minupar não figurou como parte nas referidas ações, sendo a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, a titular das ações temporariamente.

Notas Explicativas



O valor reconhecido foi de R\$ 3.786 mil, correspondente ao valor nominal das ações à época da dação em pagamento. Em dezembro de 2023, a CVM concluiu que a operação não caracteriza participação recíproca, vedada pelo art. 244 da Lei 6.404/76, autorizando sua negociação no mercado. O acordo foi integralmente quitado, com extinção e arquivamento definitivo dos processos em 2024. As ações transacionadas continuam na posse temporária da Companhia Minuano de Alimentos, e serão destinadas a tempo e modo definidos pela administração. Os valores registrados na rubrica de “Ajuste a valor justo”, referem-se ao valor justo do ativo apresentado na rubrica “Minupar Participações S.A.”, considerando o valor atual de cotação das ações da Companhia.

- c) Em 04 de Outubro de 2019, a Minupar Participações S.A. e sua controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos celebraram acordo judicial com Agostinho Carrer Participações S.A, Agroaraçá Industria de Alimentos LTDA, Orlando Carrer e Pedro Carrer, para encerramento de litígios judiciais existentes entre as partes. A partir de julho de 2020, mediante solicitação das devedoras, restou ajustado o pagamento apenas dos juros compensatórios e atualização monetária sobre o saldo devedor, em razão de alegada crise no setor avícola.

Os pagamentos foram interrompidos em novembro de 2022, e em fevereiro de 2023 a Companhia tomou conhecimento do pedido de Recuperação Judicial da Agroaraçá Indústria de Alimentos Ltda. Em razão da incerteza quanto à realização do crédito, a Companhia constituiu uma provisão ao valor realizável do ativo. Apesar disso, a expectativa da Companhia é de que os valores celebrados no acordo sejam honrados de forma integral, conforme esforços dos nossos assessores jurídicos.

Outro montante que compõe a rubrica (-) Provisão para perda (Impairment) no primeiro trimestre de 2026, refere-se a provisão para perda esperada no valor de R\$ 2.409, referente ao processo nº 017/1.14.0005983-0 (Cumprimento de Sentença – Ação de Rescisão Contratual), diante das peculiaridades que envolvem cobrança da empresa que ainda se vale de vinculação ao Juízo da sua Recuperação Judicial. O processo segue em curso e, conforme esforços da área jurídica da Companhia, eventuais alterações serão devidamente tratadas e refletidas nas demonstrações financeiras.

9 Investimentos

Em 31 de março de 2026 a Companhia é controladora das seguintes empresas:

	Direta		Indireta
	Valepar S.A.	Sulaves S.A.	Cia Minuano de Alimentos
Participação societária (%)	99,986%	99,999%	99,910%
Participação societária Não Controladores (%)	0,014%	0,001%	0,000%

Abaixo, a apresentação dos principais saldos das controladas e movimentação do saldo do investimento:

Notas Explicativas

MINUPAR

PARTICIPAÇÕES S.A.

2025

	Sulaves S/A	Valepar S/A	Cia Minuano de Alimentos
Total de ativos circulantes	-	45	244.133
Total de ativos não circulantes	54.826	150.933	183.631
Total do passivo circulante	3.502	12.929	76.875
Total do passivo não circulante	-	-	151.326
Capital social	32.871	79.899	139.227
Patrimônio líquido	51.324	138.049	199.563
Ações possuídas (milhares)	92.812.520	1.634.226.991	-
Percentual de participação direto	99,999%	99,986%	0,000%
Resultado líquido do exercício	124.337	342.574	466.712

2026

	Sulaves S/A	Valepar S/A	Cia Minuano de Alimentos
Total de ativos circulantes	-	46	258.680
Total de ativos não circulantes	58.013	159.706	183.671
Total do passivo circulante	3.502	12.929	79.604
Total do passivo não circulante	-	-	151.214
Capital social	32.871	79.899	139.227
Patrimônio líquido	54.511	146.823	211.533
Ações possuídas (milhares)	92.812.520	1.634.226.991	-
Percentual de participação direto	99,999%	99,986%	0,000%
Resultado líquido do exercício	3.187	8.774	11.970

As movimentações dos investimentos estão apresentadas a seguir:

	Valepar S.A.	Sulaves S.A.	Total
	99,986%	99,999%	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(191.562)	(69.517)	(261.079)
Resultado de equivalência patrimonial	342.526	124.336	466.861
Dividendos	(3.978)	(1.078)	(5.055)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	146.986	53.741	200.727
Resultado de equivalência patrimonial	8.771	3.187	11.958
Saldo em 31 de março de 2026	302.743	110.669	413.413

Conforme demonstrado no quadro acima, a Minupar Participações não detém participação direta na Companhia Minuano de Alimentos, sendo esta controlada de forma indireta. Os efeitos reconhecidos no saldo de investimentos e no resultado por meio do método de equivalência patrimonial decorrem exclusivamente das participações detidas nas controladas diretas Sulaves S/A e Valepar S/A, as quais, por sua vez, detêm participação na referida controlada indireta.

Notas Explicativas

**10 Propriedades para investimento**

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de propriedades para investimento:

Grupo	Consolidado			Consolidado		
	31/03/26			31/12/25		
	Custo	Deprec.	Líquido	Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	7.741	-	7.741	7.741	-	7.741
Obras civis	24.498	(8.700)	15.798	24.498	(8.614)	15.884
Máquinas e equipamentos	11.391	(9.008)	2.383	11.391	(8.924)	2.467
Outros	289	(257)	32	289	(256)	33
(-) Impairment	(8.081)	-	(8.081)	(8.081)	-	(8.081)
Total	35.838	(17.965)	17.873	35.838	(17.794)	18.044

Os valores das propriedades para investimentos são mensurados pelo método de custo, conforme previsto no CPC 28 – Propriedades para Investimento. Quando disponibilizadas para locação, aplicam-se as disposições do CPC 27 – Ativo Imobilizado, sendo os ativos depreciados de forma linear ao longo de sua vida útil estimada.

Avaliação de recuperabilidade das Propriedades para Investimentos

A movimentação das propriedades para investimento apresenta-se conforme demonstrado no quadro a seguir.

Notas Explicativas



Grupo	Saldos em 31/12/25	Adições	Baixas	Deprec.	Impairment	Transf.	Saldos em 31/03/26
Terrenos	7.742	-	-	-	-	-	7.742
Obras civis	15.884	-	-	(85)	-	-	15.799
Máquinas e equipamentos	2.466	-	-	(85)	-	-	2.381
Outros	33	-	-	(1)	-	-	32
(-) Impairment	(8.081)	-	-	-	-	-	(8.081)
Total	18.044	-	-	(171)	-	-	17.873

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável das Propriedades para Investimento, utilizando-se de avaliação de especialistas, e não se identificou necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor.

Para o período de três meses findo em 31 de março de 2026, foi realizada a análise de fatores internos e externos, e não se identificou quaisquer indícios que pudesse sugerir algum ajuste pela redução ao valor recuperável.

11 Imobilizado

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de imobilizado:

Notas Explicativas



		Consolidado					Consolidado		
		31/03/26					31/12/25		
Grupo	Taxas	Custo	Deprec.	Líquido	Taxas	Custo	Deprec.	Líquido	
Terrenos	-	15.593	-	15.593	-	15.593	-	15.593	
Prédios	2,00% - 5,00%	108.721	(36.975)	71.746	2,00% - 5,00%	106.899	(35.850)	71.049	
Maq. e Equip.	3,33% - 11,11%	88.874	(49.035)	39.839	3,33% - 11,11%	88.188	(48.044)	40.144	
Móveis e utens.	4,76% - 20,00%	5.354	(2.027)	3.327	4,76% - 20,00%	5.004	(1.941)	3.063	
Computadores	5,56% - 20,00%	2.804	(1.387)	1.417	5,56% - 20,00%	2.674	(1.310)	1.364	
Veículos	7,14% - 10,00%	1.614	(877)	737	7,14% - 10,00%	1.614	(855)	759	
Imobil. em Andamento	-	11.474	-	11.474	-	7.466	-	7.466	
Outros	-	14	(14)	-	-	14	(14)	-	
		234.448	(90.315)	144.133		227.452	(88.014)	139.438	

Em decorrência de transação tributária firmada junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) no exercício de 2025, foram oferecidas como garantias, das rubricas de prédios e terrenos, as matrículas de duas unidades imobiliárias de titularidade da Companhia, no montante de R\$ 83.867, correspondente à integralidade do débito transacionado.

A movimentação dos imobilizados apresentam-se da seguinte forma:

Notas Explicativas



Grupo	Saldos em 31/12/24	Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	Saldos em 31/12/25
Terrenos	15.593	-	-	-	-	15.593
Prédios	65.428	471	(81)	(3.797)	9.025	71.046
Maquinas e equipamentos	35.366	1.562	(712)	(3.623)	7.553	40.146
Moveis e utensílios	2.564	597	(54)	(319)	275	3.063
Computadores e periféricos	1.219	611	(293)	(319)	146	1.364
Veículos	195	625	-	(61)	-	759
Imobilizações em andamento	8.089	16.399	(22)	-	(16.999)	7.467
Total	128.454	20.265	(1.162)	(8.119)	-	139.438

Grupo	Saldos em 31/12/25	Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	Saldos em 31/03/26
Terrenos	15.593	-	-	-	-	15.593
Prédios	71.046	37	(8)	(1.144)	1.812	71.743
Maquinas e equipamentos	40.146	258	(26)	(1.037)	498	39.839
Moveis e utensílios	3.063	333	(4)	(91)	26	3.327
Computadores e periféricos	1.364	135	(1)	(81)	-	1.417
Veículos	759	-	-	(22)	-	737
Imobilizações em andamento	7.467	6.346	-	-	(2.336)	11.477
Total	139.438	7.109	(39)	(2.375)	-	144.133

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável de seus ativos imobilizados, utilizando-se do valor em uso, e nesta análise identificou a adequação dos saldos de seus referidos ativos imobilizados, sem necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor. Na análise realizada sobre fatores internos e externos para o período de três meses findo em 31 de março de 2026, não se identificou quaisquer indícios que pudesse sugerir algum ajuste pela redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas



12 Direito de Uso

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui nove contratos classificados na rubrica “Direito de Uso”, sendo sete deles referentes a máquinas e equipamentos, e dois imóveis. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

A movimentação do Direito de Uso bem como as informações contratuais, seguem demonstradas no quadro:

	Taxa	Vida útil	Saldos 31/12/25	Novos Contratos	Deprec. Locação	Saldos 31/03/26
Imóveis	17,42%	2	-	212	-	212
Máquinas e Equipamentos	17,36%	5	4.806	160	(527)	4.439
			4.806	372	(527)	4.651

Notas Explicativas

**13 Salários e encargos sociais a pagar**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/26	31/12/25	31/03/26	31/12/25
Provisões de férias e 13º	-	-	14.480	12.347
Provisões convenção coletiva	-	-	2.772	7.719
Salários a pagar	211	211	4.640	4.615
Rescisões a pagar	-	-	88	62
Outras obrigações a pagar	-	-	343	255
Total	211	211	22.323	24.998

14 Arrendamentos a pagar

Composição dos arrendamentos a pagar:

	Consolidado	Consolidado
	31/03/26	31/12/25
Arrendamentos a pagar	6.314	6.559
(-) Encargos a apropriar	(1.334)	(1.503)
Total	4.980	5.056
Circulante	1.979	1.749
Não Circulante	3.001	3.307

A seguir está apresentado o cronograma de vencimentos dos contratos de arrendamento:

	Arrendamentos a pagar	(-) Encargos a apropriar	Total
2026	2.069	(614)	1.455
2027	2.691	(530)	2.161
2028	1.290	(161)	1.129
2029	176	(25)	151
2030	88	(4)	84
Total	6.314	(1.334)	4.980

Movimentação dos arrendamentos a pagar:

Saldo em 31 de dezembro de 2025	5.056
(+) Remensuração	21
(+) Novos contratos	372
(-) Contratos encerrados	-
(+) Encargos	241
(-) Contraprestação	(710)
Saldo em 31 de março de 2026	4.980

Notas Explicativas

**15 Obrigações tributárias**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/26	31/12/25	31/03/26	31/12/25
INSS a recolher	22	37	2.760	2.411
FGTS a recolher	-	-	704	1.008
IRRF a recolher	19	55	228	697
IRPJ a recolher	-	-	1.131	1.222
CSLL a recolher	-	-	428	455
COFINS a recolher	-	-	-	-
PIS a recolher	-	-	-	-
Impostos Retidos	3	-	68	49
ICMS a recolher	-	-	452	1.070
Outros	-	-	59	55
Total	44	92	5.830	6.967

As obrigações tributárias demonstradas no quadro acima, referem-se a impostos e contribuições sobre operações correntes. É importante destacar que, em virtude da transação tributária firmada junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) em 2025 (nota explicativa 16 – Parcelamentos Tributários), a Companhia regularizou integralmente seu passivo fiscal. Dessa forma, no período de três meses findo em 31 de março de 2026, não constam débitos inscritos em dívida ativa, refletindo a plena regularidade fiscal e o cumprimento das obrigações firmadas.

16 Parcelamentos Tributários

	31/03/26	31/12/25	31/03/26	31/12/25
PERT (a)	-	-	6.546	6.844
Lei 12.996/14 (b)	126	133	9.166	9.689
Transação Tributária (c)	-	-	85.627	83.867
FGTS	-	-	2.995	3.146
Ordinário	-	-	268	298
Total	126	133	104.602	103.844
Circulante	34	34	9.044	8.740
Não Circulante	92	99	95.558	95.104

(a) Pert

A Companhia aderiu ao PERT – Programa Especial de Regularização Tributária (Lei 13.496/17) em setembro de 2017, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, na modalidade de débitos previdenciários (art. 2º, inciso I) e demais débitos (art. 2º, inciso I), e perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades de débitos previdenciários (art. 3, inciso II, alínea “b”) e demais débitos (art. 3, inciso II, alínea “b”).

Todos os efeitos da adesão ao PERT foram devidamente calculados e registrados, sendo que, a seguir, apresentamos o resumo dos valores totais indicados no referido parcelamento:

Notas Explicativas



Total dos débitos incluídos no PERT	56.548 (i)
(-) Anistia de multa, juros e encargos legais	(25.218) (iii)
(-) Compensação com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	(7.845) (ii)
(-) Pagamentos efetuados até dezembro de 2025	(21.623)
(+) Atualização Selic até dezembro de 2025	4.982
Saldos remanescentes em 31 de dezembro de 2025	6.844
(+) Atualização Selic de Jan-26 até Mar-26	130
(-) Pagamentos efetuados de Jan-26 até Mar-26	(428)
Saldos remanescentes em 31 de março de 2026	6.546
Circulante	1.904
Não circulante	4.642

- (i) O montante de R\$ 56.548 refere-se ao valor total de débitos consolidados no PERT, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades débitos previdenciários e demais débitos, respectivamente, nas seguintes importâncias:

Esfera	Natureza	Valor
Secretaria da Receita Federal do Brasil	Débitos Previdenciários	8.078
	Demais Débitos	1.729
Procuradoria Geral da Fazenda	Débitos Previdenciários	856
	Demais Débitos	45.885
	Total	56.548

- (ii) O montante de R\$ 7.845 refere-se ao valor de Prejuízo Fiscal e de Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) utilizado para quitação do saldo remanescente de débitos, em 31 de dezembro de 2017, quando da consolidação do PERT perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos moldes previsto no artigo 2º, inciso I, da Lei 13.496/17:

Importante observar que não foram utilizados prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para as modalidades perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

- (iii) O montante de R\$ 25.218 refere-se à anistia de multa, juros e encargos legais concedidas quando houve a adesão de débitos, na modalidade débitos previdenciários e demais débitos, perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por força do artigo 3º, inciso II, alínea "b", da Lei 13.496/17:

Notas Explicativas



No quadro a seguir, consta a memória de cálculo das referidas reduções:

Esfera	Natureza		Débito	Valor da dívida	(Entrada)	Saldo em 31/12/17	Anistia	
							%	R\$
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	Débitos Previdenciários		Principal	430	(86)	344	-	-
			Multa	86	(17)	69	50%	35
			Juros	197	(39)	158	80%	126
			Encargos	143	(29)	114	100%	114
	Demais	Débitos	Principal	6.789	(1.358)	5.431	0%	-
			Multa	5.426	(1.085)	4.341	50%	2.171
			Juros	26.022	(5.205)	20.817	80%	16.654
			Encargos	7.648	(1.530)	6.118	100%	6.118
			Total	46.741	(9.349)	37.392		25.218

As dívidas parceladas na esfera da Receita Federal do Brasil não tiveram anistia de valores referente a multa, juros e encargos legais.

Notas Explicativas

**(b) Refis da Crise - Lei nº 12.996/2014**

Em 25 de agosto de 2014, a Companhia e sua controlada indireta aderiram, com parte de seus passivos tributários federais, ao programa de parcelamento oriundo da lei nº 12.996/2014 e portaria conjunta PGFN/RFB Nº 14/2014, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados no momento da adesão.

Como consequência do referido parcelamento, a Companhia liquidou valores correspondentes a multas de mora, de ofício e isoladas e a juros de mora, remanescentes após as reduções legais, com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social, estes validados pela Receita Federal do Brasil – RFB e procuradoria geral da fazenda nacional – PGFN, no momento da consolidação da dívida. Para fins de adesão ao referido parcelamento, a Companhia efetuou recolhimento mensal da antecipação com base nos percentuais determinados pelos referidos normativos, sendo estas acrescidas de juros correspondentes à variação mensal da taxa do sistema especial de liquidação e de custódia – SELIC.

Apresentamos no quadro o resumo da adesão ao parcelamento:

Lei nº 12.996/2014	
Passivo tributário parcelado	76.297
(-) Reduções da lei 12.996/2014	(23.310)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(25.087)
Total líquido do passivo tributário aderido	27.900
Amortização líquida até 31/03/2026	(18.734)
Saldo remanescente em 31/03/2026	9.166
Circulante	2.499
Não circulante	6.667

Em 30 de julho de 2015, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a Receita Federal do Brasil, divulgaram, por meio da portaria conjunta PGFN/RFB nº 1.064/15, os procedimentos para consolidação da modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou pela RFB. Neste sentido, em agosto de 2015 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Em 12 de abril de 2016, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a Receita Federal do Brasil, divulgaram, por meio da portaria conjunta PGFN/RFB nº 550/16, e suas alterações, os procedimentos para consolidação da modalidade previdenciária, relativa às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos. Neste sentido, em julho de 2016 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Notas Explicativas



Com relação a modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou RFB, além dos débitos que já haviam sido inclusos na adesão ocorrida em 2014, no momento da consolidação houve o incremento de R\$ 3.021 mil. Com relação aos valores da modalidade previdenciária administrada pela PGFN e/ou RFB, não houve incremento de novos débitos além dos informados no momento da adesão ocorrida em 2014.

(c) Transação tributária

Em abril de 2025, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, formalizou o termo de transação tributária individual junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, nos termos da Portaria PGFN nº 6.757/2022.

No quadro é apresentada a posição atualizada do referido parcelamento, para o período de três meses findo em 31 de março de 2026:

	Débitos previdenciários	Demais débitos	Total
Valor original	294.659	222.089	516.748
Descontos Legais	(187.635)	(143.741)	(331.376)
Utilização PF e BCN	(74.917)	(32.424)	(107.341)
	32.107	45.925	78.031
(+) Atualização Selic até Mar/26			10.573
(-) Pagamentos efetuados até Mar-26			(2.977)
Saldo remanescente em 31 de março de 2026			85.627
Circulante			3.746
Não Circulante			81.881

O demonstrativo a seguir, reflete os pagamentos futuros com base no valor original homologado, considerando a redução das parcelas nos três primeiros anos, de acordo com os benefícios previstos na Portaria PGFN/MF nº 1.032/2024 (Transação SOS-RS):

	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	Total
Previdenciários	1.293	2.079	12.366	15.759	3.730	-	-	-	-	-	35.227
Demais débitos	1.851	2.977	5.586	6.404	6.404	6.404	6.404	6.404	6.404	1.562	50.400
	3.144	5.056	17.952	22.163	10.134	6.404	6.404	6.404	6.404	1.562	85.627

Notas Explicativas

**17 Apuração da alíquota efetiva do Imposto de Renda e da Contribuição Social**

No quadro a seguir se demonstra a conciliação entre a despesa calculada pela aplicação da alíquota fiscal nominal frente a despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social debitada no demonstrativo de resultado:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/26	31/12/25	31/03/26	31/12/25
Lucro antes do IR e CS	11.467	459.624	19.027	391.711
Alíquota fiscal nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa de tributos à alíquota nominal	(3.899)	(156.272)	(6.469)	(133.182)
Resultado de participações societárias	4.066	157.014	-	-
Descontos Legais Transação Tributária	-	-	-	112.668
Juros sobre capital próprio	-	-	-	2.055
Outras diferenças permanentes	(167)	(742)	(1.079)	75
Compensações com Prejuízos Fiscais	-	-	-	-
Prejuízos anteriores não constituídos	-	51.000	-	142.781
Despesa efetiva de IR e CSLL	(0)	51.000	(7.548)	124.398
IRPJ e CSLL - Diferido	-	51.000	(4.566)	137.955
IRPJ e CSLL - Corrente	-	-	(2.982)	(13.557)
Alíquota de imposto efetiva	0%	11%	40%	32%

18 Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/26	31/12/25	31/03/26	31/12/25
Processos judiciais a pagar	-	-	21	1.418
Provisões de despesas	-	-	929	1.321
Seguros a pagar	-	41	-	175
Dividendos a pagar (a)	9.226	9.226	14.288	14.288
Outras obrigações	1.019	1.022	1.044	1.019
Total	10.245	10.289	16.282	18.221

- a) O valor registrado nesta rubrica corresponde aos dividendos mínimos obrigatórios calculados sobre o lucro líquido ajustado do exercício de 2025, conforme descrito na nota explicativa nº 21g) – Patrimônio Líquido.

19 Partes relacionadas**a) Remuneração dos administradores**

A Companhia e suas controladas adotam a prática de aprovação da remuneração global anual dos administradores em Assembleia Geral Ordinária, sendo que na Minupar a remuneração aprovada é individualizada em Reunião do Conselho de Administração. O valor

Notas Explicativas



global anual é o limite máximo a ser observado durante o ano e não, efetivamente, os valores realizados.

No quadro a seguir apresentamos a remuneração da Administração recebida no primeiro trimestre de 2026 em comparação ao mesmo período de 2025:

	31/03/26		31/03/25	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Conselho de adm e fiscal	156	156	120	120
Diretoria executiva	72	3.038	30	585

b) Operações com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/26	31/12/25	31/03/26	31/12/25
Ativo não circulante				
Valepar S/A	-	-	-	-
Companhia Minuano (a)	42.837	43.345	-	-
Total	42.837	43.345	-	-
Passivo não circulante				
Companhia Minuano	-	-	-	-
Mútuo Contingente (b)	49.829	49.829	49.829	49.829
Total	49.829	49.829	49.829	49.829

a) Crédito oriundo da transferência de prejuízo fiscal da controladora Minupar Participações S/A para compensação de débitos tributários da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, conforme termo de transação tributária firmado com a PGFN. Ressalta-se que não houve transferência financeira entre as partes, sendo o montante registrado como direito de reembolso entre partes relacionadas.

b) Em relação à Rubrica "Mútuo contingente", encontra-se registrado contrato de mútuo firmado com acionista e ex-administrador, cujo saldo totaliza R\$ 49.829. Esse passivo foi originalmente reconhecido no passivo não circulante no primeiro trimestre de 2012, com base nas condições contratuais vigentes, tendo como valor original R\$ 1.365, acrescido de juros remuneratórios de 2,34% ao mês, e um prazo de vencimento de 24 meses.

Divergências contratuais originaram a Execução de Título Extrajudicial nº 5002118-55.2017.8.21.0017, ajuizada contra a Companhia em 16/12/2016, visando a cobrança integral do mútuo (principal e encargos). Em resposta, a Companhia apresentou Embargos à Execução nº 5002113-33.2017.8.21.0017, que foram recebidos sem efeito suspensivo. O processo de execução foi extinto sem resolução de mérito em outubro de 2024, e diante da incapacidade da parte autora em comprovar as condições do contrato, em 13 de novembro de 2024, foi deliberada a baixa definitiva do processo judicial nº 5002118-55.2017.8.21.0017.

Notas Explicativas



Em outubro de 2024, a Companhia tomou conhecimento de uma nova ação ajuizada pelo mutuante (Execução de Título Extrajudicial nº 5012460-81.2024.8.21.0017 – “Segunda Execução”), visando à cobrança do valor principal, atualizado com índices inferiores aos estipulados no contrato original. O valor da causa da Segunda Execução foi de R\$ 8.229, correspondente ao montante histórico de R\$ 1.365 atualizado monetariamente pelo IGP-M, e acrescido de juros remuneratórios de 1% ao mês desde a assinatura do contrato, em 22/03/2012. O montante atualizado até o período de três meses findo em 31 de março de 2026 é de R\$ 9.853.

Considerando que a nova demanda judicial ajuizada delimita a cobrança a um montante significativamente inferior ao originalmente apurado com base nas premissas contratuais, a Companhia, respaldada por pareceres técnicos especializados, permanecerá contabilizando o valor de R\$ 49.829, por representar a avaliação mais prudente da exposição da Companhia e se mostrar suficiente para cobrir integralmente a eventual desembolso para a liquidação desta obrigação.

Esta decisão decorre da avaliação da complexidade jurídica do tema e da incerteza associada aos potenciais desdobramentos processuais. Além disso, esta abordagem evidencia uma gestão conservadora, atenta às implicações financeiras relacionadas ao montante deste débito e às melhores práticas contábeis.

A Administração ressalta que quaisquer alterações futuras nas condições jurídicas do processo serão avaliadas tempestivamente, com os respectivos reflexos contábeis e divulgação apropriada.

20 Provisão para contingência

a) Contingências Passivas

A Companhia, e suas controladas, são parte envolvida em processos tributários, cíveis e trabalhistas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando necessário, tais discussões foram amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração, considerando a opinião de seus assessores jurídicos.

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 foram apuradas as seguintes provisões para contingências:

Natureza	Consolidado	
	31/03/26	31/12/25
Trabalhista	8.057	7.869
Cível	1.512	1.458
Tributária	341	342
Total	9.910	9.669

Notas Explicativas



A movimentação consolidada das provisões para contingências apresenta-se da seguinte forma:

	Saldos iniciais			Saldos finais
	31/12/25	Provisões	Reversões	31/03/26
Contingências Trabalhistas	7.869	623	(434)	8.058
Contingências Cíveis	1.458	53	-	1.511
Contingências Tributárias	342	18	(19)	341
Total	9.669	695	(454)	9.910

Com base na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, foi apurado para o período de três meses findo em 31 de março de 2026, processos judiciais com probabilidade de risco de perda "possível" na quantia de R\$ 41.449 (R\$ 37.105 em 31 de dezembro de 2025), destes, R\$ 13.575 (R\$ 13.507 em 31 de dezembro de 2025) são relativos à natureza cível e R\$ 27.815 (R\$ 23.541 em 31 de dezembro de 2025) são relativos à natureza trabalhista.

No âmbito trabalhista, especialmente em razão do segmento de atuação de controlada, a Companhia figura como reclamada em demandas que, em geral, envolvem pedidos de reconhecimento de horas extras e respectivos reflexos, questionamentos quanto à validade de regimes de compensação de jornada, indenizações decorrentes de alegados acidentes de trabalho, entre outras.

Em relação às ações de natureza cível, a Companhia e suas controladas podem figurar em discussões relacionadas a temas rotineiros de suas operações, tais como pedidos de indenização por supostas cobranças ou inscrições indevidas em cadastros de inadimplentes, alegações de descumprimento contratual e pleitos de reparação por danos morais e materiais, dentre outros.

Processos de natureza tributária são tratados como passivos tributários, e estão contemplados de forma detalhada nas notas explicativas nº 15 e 16.

21 Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia é de R\$ R\$ 120.107.800 (cento e vinte milhões, cento e sete mil e oitocentos reais), representado por 71.001.000 (setenta e um milhões, um mil) ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Em virtude da adoção integral das normas internacionais de contabilidade, adaptadas por meio das NBC TGs aprovadas pela comissão de valores mobiliários (CVM), a Companhia possui registrado em seu patrimônio líquido, saldo decorrente de avaliação reflexa ocorrida nas propriedades para investimento e no imobilizado a custo atribuído de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

Notas Explicativas



c) Reserva legal

Constituída reserva legal à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício social de 2025, até o limite de 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, alterado pela Lei nº 11.638/07.

d) Subvenções governamentais

A controlada indireta possui incentivo fiscal concedido pelo governo estadual a título de crédito fiscal presumido de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul. Destaca-se que tal benefício, concedido como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos, não é cumulativo, e sua utilização somente é permitida nos períodos em que a controlada não apurar saldo credor de ICMS.

Até o período de três meses findo em 31 de março de 2026, o saldo acumulado do incentivo fiscal totaliza a quantia de R\$ 6.234, e sua apuração ocorreu ao longo do exercício de 2022, conforme demonstrado em rubrica destacada no Patrimônio Líquido denominada "Reserva de Incentivos Fiscais".

e) Reserva de Investimento

Em conformidade com o estatuto social da Companhia, a Reserva de Investimento e Capital de Giro tem por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da sociedade, bem como o financiamento de empresas controladas e coligadas. O montante é formado com a parcela de 10% do saldo do lucro ajustado no exercício de 2025, após dele deduzido o dividendo obrigatório. O limite máximo da reserva de investimento não pode exceder, em conjunto com a Reserva Legal, o valor do Capital Social.

f) Reserva de Contingências – Eventos Climáticos

Em conformidade com o disposto no artigo 195 da Lei nº 6.404/76 e com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Companhia constituiu Reserva de Contingências com o objetivo de reter parcela do lucro líquido do exercício de 2025 para compensar, em exercícios futuros, eventuais perdas decorrentes de eventos climáticos extremos, notadamente enchentes, cujo fato gerador é conhecido e cuja ocorrência ou impacto financeiro dependem de eventos futuros incertos.

A constituição da referida reserva decorre da avaliação da Administração acerca dos riscos associados à recorrência de eventos climáticos severos que possam afetar as operações, ativos e infraestrutura da Companhia, considerando, entre outros fatores, a localização de determinadas unidades operacionais em áreas suscetíveis a alagamentos, bem como o histórico recente de eventos climáticos adversos.

O montante destinado à Reserva de Contingências foi definido com base em estimativas razoáveis elaboradas pela Administração, não representando o reconhecimento de provisão

Notas Explicativas



ou passivo, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A Reserva de Contingências será revertida para o resultado do exercício em que deixarem de existir as razões que justificaram a sua constituição ou quando da efetiva materialização dos eventos que deram origem à sua constituição, em conformidade com a legislação societária vigente.

g) Dividendos

De acordo com o art. 189 da Lei 6.404/76, o lucro líquido é absorvido pela conta de prejuízos acumulados, e quando aplicável, observando o estatuto da Companhia, os acionistas terão direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado consoante ao disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício de 2025, impactado positivamente pelos efeitos da formalização do termo de transação tributária por parte da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, a Companhia apurou lucro líquido suficiente para reverter integralmente o saldo de prejuízos acumulados, tornando-se possível a proposta de distribuição de dividendos.

Dessa forma, a Administração propôs a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios, calculados com base no lucro líquido ajustado do exercício de 2025, cuja deliberação foi submetida e aprovada em Assembleia Geral Ordinária realizada em abril de 2026.

A seguir é apresentada a reconciliação dos dividendos a serem distribuídos, conforme nota explicativa nº 18 – Outros passivos.

	31/12/25
Lucro líquido do exercício	510.624
(-) Prejuízos acumulados	(471.777)
(-) Reserva legal (5%)	(1.942)
Lucro base dividendos	36.904
Dividendos mínimos obrigatórios na controladora (25%)	9.226
Dividendos atribuíveis aos acionistas não controladores das controladas	5.062 (i)
Dividendos totais consolidados	14.288

(i) A apuração do dividendo mínimo obrigatório é realizada individualmente por cada empresa do grupo, em conformidade com as disposições de seus respectivos estatutos sociais e com a legislação societária vigente. No consolidado, o montante apresentado inclui não apenas os dividendos mínimos obrigatórios atribuíveis aos acionistas da controladora, mas também os valores atribuíveis aos acionistas não controladores das sociedades controladas. Nas controladas Sulaves S/A e Valepar S/A, o estatuto social estabelece prioridade na distribuição de dividendos aos detentores de ações preferenciais antes da apuração do dividendo mínimo aplicável às ações ordinárias, o que impacta a composição do montante consolidado apresentado.

22 Cobertura de seguros

Notas Explicativas



A Companhia e suas controladas, têm por política a contratação de seguros para cobertura dos bens sujeitos a riscos.

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui a cobertura de seguros para as unidades Granjas, Incubatório e sede administrativa, e considera que os valores segurados são suficientes para cobrir eventuais sinistros.

As unidades fabris, localizadas às margens do rio Taquari, tiveram elevação relevante nos custos de contratação de seguros em decorrência dos eventos climáticos que atingiram suas estruturas, e, além disso, as apólices disponíveis não contemplam cobertura para enchentes e/ou ciclones. Tais situações acabam por inviabilizar a contratação de novos seguros, porém, a Companhia segue adotando medidas de gerenciamento de riscos, realização de adequações, e na busca por um custo razoável nas novas apólices.

As informações relacionadas aos seguros contratados foram obtidas da Administração da Companhia e não foram objeto de procedimentos específicos por parte dos auditores independentes.

23 Instrumentos financeiros

A Administração desses instrumentos é efetuada pela controlada indireta, por meio de controles internos que visam assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade pelo seu valor de mercado.

A exposição aos riscos, no entender da Companhia, se limita a:

a) Risco de crédito: É representado pela inadimplência nas suas contas a receber de clientes. Este risco é mitigado pelas políticas de análise e revisão periódica de cadastros para liberação de crédito, assim como políticas de cobrança de clientes. A exposição ao risco de crédito segue demonstrada nas notas explicativas número 4 – Contas a receber; 8 – Outros Ativos, e 19 – Partes Relacionadas.

b) Análise de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A Companhia administra o risco de liquidez mantendo reservas adequadas, linhas de crédito disponíveis e monitoramento contínuo dos fluxos de caixa projetados, assegurando o cumprimento de suas obrigações nos prazos contratados.

A tabela a seguir apresenta a análise de liquidez dos passivos financeiros da Companhia, considerando os fluxos de caixa contratuais não descontados, agrupados por faixas de vencimento.

Notas Explicativas



	Controladora				
	Saldo	Fluxo			Acima de 2
	contábil	projetado	Até 1 ano	Até 2 anos	anos
Fornecedores	243	243	243	-	-
Arrendamentos (NE 14)	-	-	-	-	-
Partes Relacionadas (NE 19b)	49.829	49.829	-	-	49.829
Parcelamentos Tributários (NE 16)	126	150	27	38	85
Outros Passivos (NE 18)	1.019	1.019	1.019	-	-
Total	51.217	51.241	1.289	38	49.914

	Consolidado				
	Saldo	Fluxo			Acima de 2
	contábil	projetado	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	anos
Fornecedores	24.310	24.310	24.310	-	-
Arrendamentos (NE 14)	4.980	6.315	2.069	2.691	1.555
Partes Relacionadas (NE 19b)	49.829	49.829	-	-	49.829
Parcelamentos Tributários (NE 16)	104.602	134.540	7.358	11.225	115.958
Outros Passivos (NE 18)	1.994	1.994	1.994	-	-
Total	185.715	216.988	35.731	13.916	167.342

- c) **Risco de preço:** Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados e dos insumos usados no processo produtivo, e se essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos. A Companhia e suas controladas, monitoram continuamente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar movimentos de preços e ajustar suas estratégias a fim de minimizar os riscos;
- d) **Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é considerado mediano, pois aproximadamente 35,83% das vendas são decorrentes de vendas para o mercado externo. A Companhia realiza análises e acompanhamentos periódicos do saldo de recebíveis em dólar, e os contratos de trava cambial não vinculados às operações, são efetuados pontualmente para mitigar os riscos da variação cambial.

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos possui 19 contratos de trava cambial ativos em 31 de março de 2026, totalizando o montante de US\$ 5.900. Tais contratos possuem taxas que variam de R\$ 5,31 a R\$ 5,90, e prazos de liquidação que podem variar entre 3 e 48 meses.

Notas Explicativas



No consolidado, para o período de três meses findo em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os ativos financeiros vinculados ao dólar, compostos por caixa e equivalentes de caixa e por contas a receber de clientes no mercado externo, apresentam a seguinte composição:

2025						
Contas a receber	Vlr em USD	Taxa Média	Valor Justo	Taxa Efetiva	Valor em R\$	Efeito Trava
Recebíveis com trava	4.227	5,6200	23.754	5,5018	23.254	500
Recebíveis sem trava	5.413	5,5018	29.780	5,5018	29.780	-
Total	9.639		53.534		53.034	500

31/03/2026						
Contas a receber	Vlr em USD	Taxa Média	Valor Justo	Taxa Efetiva	Valor em R\$	Efeito Trava
Recebíveis com trava	5.900	5,5742	32.888	5,2188	30.791	2.097
Recebíveis sem trava	2.322	5,2188	12.120	5,2188	12.120	-
Total	8.222		45.008		42.911	2.097

Análise de sensibilidade

O critério adotado pela Companhia para realizar a análise de sensibilidade, leva em consideração o saldo do contas a receber e bancos em moeda estrangeira (dólar), os contratos de trava cambial vigentes e taxa do fechamento de câmbio do dia 31 de março de 2026, a qual indica o montante consolidado de R\$ 45.008.

Notas Explicativas



Como cenário base, foi considerada a taxa cambial de fechamento em 31 de março de 2026, e a partir desse cenário, foram simulados aumentos adicionais de 10% e 20% na taxa de câmbio.

O cenário de aumento de 10% representa uma variação moderada da taxa de câmbio, compatível com oscilações frequentes do mercado, enquanto o cenário de aumento de 20% reflete uma variação mais adversa, porém ainda razoavelmente possível, utilizada para demonstrar a sensibilidade da exposição cambial da Companhia a impactos mais relevantes. Esses percentuais são amplamente utilizados como referência para fins de divulgação contábil, permitindo maior transparência e comparabilidade das informações financeiras, e foram definidos com base na avaliação da volatilidade histórica da taxa de câmbio do dólar observada nos últimos cinco anos, período no qual se verificaram oscilações compatíveis com os cenários de variação considerados pela Companhia.

O quadro a seguir demonstra o impacto estimado no resultado e no patrimônio líquido das variações sobre os saldos de contas a receber, câmbios a liquidar e instrumentos de proteção cambial existentes no primeiro trimestre de 2026.

Contas a receber	Taxa de fechamento	Saldo em U\$ 31/03/2026	Taxa esperada	Efeito esperado	Aumento em 10% (R\$)	Aumento em 20% (R\$)
Bancos moeda estrangeira	5,2188	1.000	5,5018	283	833	1.384
Câmbios a liquidar	5,2188	5.362	5,5018	1.518	4.468	7.418
Contas a receber	5,2188	2.860	5,5018	809	2.383	3.957
Travas Cambiais	5,5742	(5.900)	5,5018	427	(2.819)	(6.065)
Total		3.323		3.037	4.865	6.693

- e) Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em suas demonstrações.

A exposição ao risco de taxa de juros está relacionada, principalmente, às aplicações financeiras remuneradas pelo CDI e às obrigações tributárias e parcelamentos tributários atualizados pela taxa Selic. Considerando que o CDI apresenta elevada correlação histórica e comportamento muito próximo

Notas Explicativas



ao da taxa Selic, a Administração avalia o risco de variação das taxas de juros de forma conjunta, adotando uma abordagem consolidada para fins de análise de sensibilidade. Os cenários de sensibilidade foram elaborados com base nas expectativas de mercado divulgadas no Relatório Focus do Banco Central do Brasil, na data-base de 31 de março de 2026.

O quadro a seguir demonstra os ativos e passivos consolidados, sujeitos à variação das taxas de juros, bem como o efeito estimado no resultado e no patrimônio líquido decorrente dos cenários considerados, evidenciando que a Companhia apresenta exposição líquida passiva às oscilações das taxas, em função, principalmente, do volume de parcelamentos tributários.

Contas a receber	Taxa de juros	Saldo em	Taxa esperada	Efeito esperado	Aumento em	Aumento em
		31/03/2026			10%	20%
Aplicações financeiras	CDI	92.799	13,00%	12.064	13.270	14.477
Obrigações tributárias	Selic	(5.830)	13,00%	(758)	(834)	(909)
Parcelamentos tributários	Selic	(104.602)	13,00%	(13.598)	(14.958)	(16.318)
Total		(17.633)		(2.292)	(2.522)	(2.751)

Notas Explicativas

**24 Receita**

Apresentamos a reconciliação da receita bruta para com a receita líquida consolidada, no período de três meses findo em 31 de março de 2026 em comparação mesmo período de 2025:

	Consolidado	
	31/03/26	31/03/25
Receita bruta de produtos e serviços	121.402	109.633
Produtos industrializados	58.463	54.689
Serviço de Industrialização	62.940	54.944
(-) Deduções da Receita Bruta	(4.299)	(4.157)
(-) Produtos industrializados	(3.342)	(3.254)
(-) Serviço de Industrialização	(957)	(903)
Receita líquida de produtos e serviços	117.103	105.476
Produtos industrializados	55.121	51.435
Serviço de Industrialização	61.983	54.041

25 Despesas por função e por natureza

A seguir estão apresentadas as despesas por função e por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/26	31/03/25	31/03/26	31/03/25
Despesas por função				
Custos	-	-	(85.239)	(73.856)
Despesas gerais e administrativas	(501)	(534)	(6.250)	(3.718)
Despesas com vendas	-	-	(7.088)	(4.845)
Total	(501)	(534)	(98.577)	(82.419)
Despesas por natureza				
Despesas com pessoal	(281)	(187)	(45.314)	(37.485)
Matéria Prima e materiais	-	-	(23.057)	(19.466)
Manutenção Industrial	-	-	(5.615)	(4.626)
Energia elétrica	-	-	(4.744)	(4.807)
Frete	-	-	(5.202)	(3.413)
Depreciações	-	-	(3.099)	(2.288)
Serviço de terceiros	(147)	(323)	(5.588)	(4.948)
Combustíveis e lubrificantes	-	-	(1.199)	(1.051)
Equipamento de proteção	-	-	(987)	(810)
Análises laboratoriais	-	-	(608)	(491)
Custos aduaneiros	-	-	(621)	(1.160)
Locações/Aluguéis	-	-	(399)	(348)
Outros gastos	(73)	(24)	(2.144)	(1.526)
Total	(501)	(534)	(98.577)	(82.419)

Notas Explicativas

**26 Outras despesas e receitas operacionais**

A seguir demonstramos o detalhamento das outras despesas e receitas operacionais:

	Consolidado	
	31/03/26	31/03/25
Outras despesas operacionais		
Provisões/Reversões de contingências	(882)	(1.625)
Custo na alienação de ativos	(19)	(222)
Reversão de créditos tributários	(24)	(36)
Despesas fábricas inativas	(286)	(271)
Demais despesas operacionais	32	644
Total	(1.179)	(1.510)
Outras receitas operacionais		
Créditos Fiscais	760	392
Venda de sucata e lenha	446	703
Receita de aluguel	323	250
Recuperação de Despesas	259	76
Total	1.788	1.421
Variação líquida	609	(89)

27 Resultado financeiro

Para o período de três meses findo em 31 de março de 2026, as despesas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/26	31/03/25	31/03/26	31/03/25
Despesas financeiras				
Juros/encargos dívidas tributárias (a)	(2)	(15)	(2.372)	(6.096)
Variações cambiais passivas	-	-	(3.190)	(1.986)
Outras despesas financeiras	(2)	(1)	(1.175)	(462)
Total	(4)	(16)	(6.737)	(8.544)
Receitas financeiras				
Variações cambiais ativas	-	-	2.397	14
Receita Aplicação Financeira	-	-	4.163	29
Outras receitas financeiras	14	6	69	104
Total	14	6	6.629	147
Resultado financeiro	10	(10)	(108)	(8.397)

Notas Explicativas



- (a) Refere-se a atualização de débitos tributários em situação de parcelamento, cuja redução significativa em comparação ao período comparativo, está relacionada à reclassificação dos valores incluídos na transação tributária;

28 Informações por segmento

A Companhia, por meio de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, atua em dois segmentos distintos, a saber:

- a) Industrializados: Estão apresentados neste segmento, os resultados da industrialização e comercialização de produtos industrializados à base de carnes, nos mercados interno e externo;
- b) Serviços de Frigorífico – Abate e processamento de aves: Neste segmento são apresentados os resultados decorrentes da prestação de serviços de frigorífico, incluindo abate e desossa de aves.

No quadro a seguir, são apresentados os resultados consolidados por segmento de atuação para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2026 e 31 de março de 2025:

Notas Explicativas



	Industrializados		Serviços e Processamentos		Corporativo (Centro Administrativo)		Total	
	Mar-26	Mar-25	Mar-26	Mar-25	Mar-26	Mar-25	Mar-26	Mar-25
Receita bruta	58.463	54.689	62.940	54.944	-	-	121.402	109.633
Impostos e devoluções	(3.342)	(3.254)	(957)	(903)	-	-	(4.299)	(4.157)
Receita líquida	55.121	51.435	61.983	54.041	-	-	117.103	105.476
Custos	(36.343)	(30.859)	(48.896)	(42.997)	-	-	(85.239)	(73.856)
Lucro bruto	18.778	20.576	13.087	11.044	-	-	31.864	31.620
Desp. Administrativas	-	-	-	-	(6.250)	(3.718)	(6.250)	(3.718)
Desp. com Vendas	(7.088)	(4.845)	-	-	-	-	(7.088)	(4.845)
Outras Despesas Operacionais	-	-	-	-	(1.179)	(1.510)	(1.179)	(1.510)
Outras Receitas Operacionais	-	-	-	-	1.788	1.421	1.788	1.421
Resultado Intermediário	11.690	15.731	13.087	11.044	(5.641)	(3.807)	19.135	22.968
Desp. Financeiras	-	-	-	-	(6.737)	(8.544)	(6.737)	(8.544)
Rec. Financeiras	-	-	-	-	6.629	147	6.629	147
Resultado antes Tributos	11.690	15.731	13.087	11.044	(5.749)	(12.204)	19.027	14.571
CSLL e IRPJ Correntes	-	-	-	-	(2.982)	(3.334)	(2.982)	(3.334)
CSLL e IRPJ Diferido	-	-	-	-	(4.566)	135	(4.566)	135
Resultado líquido	11.690	15.731	13.087	11.044	(13.297)	(15.403)	11.479	11.372
Atribuído a acionistas controladores							11.467	11.360
Atribuído a acionistas não controladores							12	12

Notas Explicativas**29 Lucro líquido por ação**

Em atendimento a deliberação CVM nº 636/10 – resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro líquido por ação consolidado, em milhares de Reais, acumulado no primeiro trimestre de 2026.

	Consolidado	
	31/03/26	31/03/25
Quantidade de ações	71.001	7.100
Lucro líquido do exercício	11.479	11.372
Lucro líquido diluído por ação	0,16167	1,60169

A integralidade das ações da Companhia é composta por ações ordinárias, não existindo diferenciação na participação das mesmas no resultado. Da mesma forma, a Companhia não possui quaisquer outros títulos que potencialmente possam ser convertidos em ações tais como debêntures, partes beneficiárias de lucros entre outros, tampouco possui ações em tesouraria, desta forma apresenta o mesmo valor do resultado básico e diluído por ação.

30 Outros assuntos**30.1 Assembleia Geral Ordinária**

Conforme publicado nos canais oficiais da Companhia, no dia 14 de abril de 2026 foi realizada Assembleia Geral Ordinária tendo sido aprovado o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis, o Relatório dos Auditores Independentes, o Relatório do Conselho de Administração e o Parecer do Conselho Fiscal e demais documentos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Conforme comunicado ao mercado divulgado em 24 de abril de 2026, em decorrência das deliberações ocorridas nas Assembleias Gerais Ordinárias da Companhia e das Controladas, a Sra. Chao En Hung deixou os cargos que ocupava na Administração, incluindo o cargo de Diretora Presidente das Companhias controladas, tendo sido eleito para a função o Sr. Tiago Fonseca Siqueira, que passará a liderar a operação das referidas sociedades, acumulando tal atribuição com o cargo de Diretor de Relações com Investidores da Minupar.

30.2 Reforma Tributária no Brasil

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que estabelece significativas mudanças no sistema tributário nacional. O modelo da reforma tributária está baseado em um IVA - Imposto sobre Valor Agregado, o qual deve incidir apenas sobre o valor adicionado em cada etapa da produção, descontando o que foi taxado nas etapas anteriores, e evitando a cumulatividade na cobrança dos tributos ao longo das cadeias produtivas. O IVA será repartido em duas competências, sendo uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi criado o IS - Imposto Seletivo de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Notas Explicativas



Com o início do período de transição em 2026, neste primeiro trimestre a Companhia concentrou-se na conformidade dos sistemas de TI e processos fiscais para a convivência com o modelo híbrido de tributação, assegurando que a emissão de documentos e a apuração dos tributos ocorram em estrita observância às normas de transição da CBS e do IBS vigentes para este exercício.

A Companhia segue monitorando o tema e realizando os levantamentos necessário, não havendo, até o momento, efeitos reconhecidos nas demonstrações financeiras relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2026.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas e Administradores da Minupar Participações S.A.
Lajeado - RS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Minupar Participações S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 15 de maio de 2026.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Márcio Silva
Contador CRC 1 RS 078817/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2026.

Para fins do disposto no Inciso VI do artigo 25 Instrução CVM nº 480/09 e suas respectivas alterações, os diretores da Minupar Participações S.A. abaixo assinados, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período findo em 31 de Março de 2026.

Lajeado, 15 de maio de 2026.

Minupar Participações S.A.

Margareth Schacht Herrmann
Diretora Presidente

Tiago Fonseca Siqueira
Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATORIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DE 31 DE MARÇO DE 2026

Para fins do disposto no Inciso V do artigo 25 Instrução CVM nº 480/09 e suas respectivas alterações, os diretores da Minupar Participações S.A. abaixo assinados, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes emitido pela BDO RCS Auditores Independentes, relativos às informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período findo em 31 de Março de 2026.

Lajeado, 15 de maio de 2026.

Minupar Participações S.A.

Margareth Schacht Herrmann
Diretor Presidente

Tiago Fonseca Siqueira
Diretor de Relações